

Sistema prisional, derechos humanos e vínculos familiares - caminhos para a sensibilização da comunidade.

Camilla Marcondes Massaro.

Cita:

Camilla Marcondes Massaro (2021). *Sistema prisional, derechos humanos e vínculos familiares – caminhos para a sensibilização da comunidade. XIV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-074/324>

**XIV Jornadas de Sociología
Sur, pandemia e después
01 e 05 de Novembro de 2021**

UBA – Sociales

Eje 4 Poder, conflicto, cambio social | MESA 210 | Sistema Penal y Derechos Humanos

Sistema prisional, direitos humanos e vínculos familiares – caminhos para a sensibilização da comunidade.

Autora: Prof^a Dr^a Camilla Marcondes Massaro – Extensionista da Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas/SP Brasil. Email: camilla.massaro@puc-campinas.edu.br; c.massaro@gmail.com.

Resumo

Atividades de extensão necessitam de um olhar atento à dinâmica e às demandas da comunidade. Quando falamos sobre o sistema prisional, abordamos um complexo de relações sociais que envolvem não só as pessoas privadas de liberdade, mas milhares de pessoas que fazem parte das famílias desses reclusos. No Brasil, temos cerca de 760 mil pessoas presas, ou seja, cerca de 760 mil famílias que não obstante a vulnerabilidade social na qual já se encontram – agravada pela pandemia – passam a enfrentar outros obstáculos e preconceitos dada a essa nova condição. Este trabalho objetiva apresentar uma experiência de extensão universitária realizada no ano de 2020 com intuito de sensibilizar a comunidade do entorno de um grande complexo penitenciário masculino localizado entre os municípios de Campinas e Hortolândia no interior do Estado de São Paulo/Brasil sobre a temática. A conjuntura de excepcionalidade pandêmica fez com que nos valêssemos das possibilidades disponíveis desenvolvendo o projeto a partir de grupos de mensagem instantânea de celular, bem como reflexões acerca da temática compartilhadas com a comunidade em forma de entrevistas à mídia, gravação de vídeos, áudios e podcasts para a Universidade e para grupos externos, participação em atividades acadêmicas, em reuniões virtuais, elaboração e publicação de artigos científicos além da produção de uma cartilha voltada à necessidade de acolhimento e respeito aos familiares de pessoas em privação de liberdade pela comunidade.

Palavras-chave: sistema prisional; direitos humanos; vínculos familiares; vulnerabilidade social; extensão universitária.

1. Introdução

O trabalho com extensão universitária necessita um olhar atento às demandas da comunidade. Enquanto processo, a realidade social está em permanente movimento de modo que os projetos extensionistas precisam, sempre, estar abertos e preparados para lidar com a dinâmica social.

O presente trabalho visa apresentar os objetivos, resultados e contribuições alcançadas com as atividades do projeto de extensão em regime parcial desenvolvido a partir do plano de trabalho “Sistema prisional, direitos humanos e sociedade: compartilhando experiências e trilhando caminhos para o respeito aos familiares de pessoas presas”, vinculado ao Programa Institucional de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas/SP Brasil e realizado ao longo do ano de 2020.

O plano de trabalho originalmente aprovado intitulava-se “Sistema prisional, direitos humanos e sociedade: construindo e compartilhando possibilidades para a reinserção social de mulheres privadas de liberdade” e foi elaborado considerando o acúmulo da docente tanto na sua formação enquanto pesquisadora (mestrado e doutorado), quanto nas atividades desenvolvidas na Universidade desde 2015: participação no convênio da PUC-Campinas com o Ministério Público Federal (MPF) no eixo “sistema prisional” e na idealização e coordenação, junto à professora Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo, atual diretora do curso de Serviço Social, do grupo de estudos “Sistema prisional, direitos humanos e sociedade” no qual trabalhamos textos teóricos acerca da temática em reuniões quinzenais com alunos das Faculdades de Ciências Sociais e Serviço Social desde agosto de 2016.

A situação de pandemia declarada no Brasil em março de 2020 inviabilizou a realização do plano de trabalho originalmente aprovado, uma vez que as ações haviam sido pensadas para serem realizadas na Penitenciária Feminina de Campinas que, junto às demais unidades prisionais do Estado de São Paulo, paralisou as atividades com pessoas externas ainda em março como medida de contenção à pandemia no sistema prisional.

Assim, em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) reelaboramos o plano de trabalho a partir demanda delineada em conjunto com outro parceiro da Universidade, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Novo Ângulo localizado no município de Hortolândia/SP, que faz fronteira com a cidade Campinas/SP.

Apesar da mudança o novo plano de trabalho também se alinha ao Programa Institucional de Direitos Humanos da Universidade que agrega projetos que visam “atuar junto às populações que vivenciam situações de vulnerabilidade social no tocante as questões de gênero, etnia e raça, deficiência e grupos etários, com vistas ao conhecimento sobre os

direitos humanos fundamentais, os mecanismos de inclusão social e a garantia de qualidade de vida”, conforme disposto no edital ao qual concorreremos.

O novo plano de trabalho: “Sistema prisional, direitos humanos e sociedade: compartilhando experiências e trilhando caminhos para o respeito aos familiares de pessoas presas” foi aprovado pela PROEXT após as adequações necessárias, e é sobre o desenvolvimento deste que apresentamos a presente comunicação.

2. Contexto de inserção do projeto

As prisões são caracterizadas como instituições totais (Goffman, 1974), isto é, locais em que o interno vive, trabalha e constrói a sua sociabilidade dentro de limites impostos e vigiados burocraticamente ficando a individualidade em segundo plano. O encarceramento não é fenômeno novo. Contudo, entendemos que na atualidade a questão adquire contornos de especificidade que precisam ser compreendidos, analisados e trabalhados de maneira aprofundada.

O Brasil é o terceiro país com maior população prisional no mundo. Segundo os dados mais recentes sistematizados e divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em junho de 2020 o sistema penitenciário do país encarcerava 759.518 pessoas, das quais 220.120 (28,98%) somente no estado de São Paulo.

Considerando o contexto atual pela ótica das Ciências Sociais e dos Direitos Humanos, entendemos que é sobre as parcelas mais pobres da sociedade que recaem as piores consequências da intensificação da exploração e da precarização da qualidade de vida e trabalho (Mészáros, 2011).

Estamos diante do que Loïc Wacquant (2001, 2007) caracteriza como Estado Penal, isto é, o controle social da pobreza pelo acirramento das políticas penais, tendo como uma das principais consequências o encarceramento em massa.

Aproximadamente 97% dos presos no país são do sexo masculino, no Estado de São Paulo esse percentual fica em pouco mais de 93%. Em relação ao perfil, a população prisional brasileira é majoritariamente masculina, negra, jovem, com a escolarização básica incompleta e pertencente aos extratos sociais mais deprimidos (DEPEN, 2020).

Desde o final da década de 1950 a Organização das Nações Unidas aponta a necessidade da atenção ao tratamento de reclusos, entendendo que a constituição das prisões enquanto instituições totais pode abrir brechas para violações dos direitos humanos. O primeiro documento que trata desta atenção são as Regras Mínimas de Padrão para o Tratamento de Reclusos (ONU, 1957). No Brasil, apesar de a Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 (Brasil, 1984) considerar a execução da pena observando a atenção aos direitos

humanos, o documento da ONU acima referido é internalizado apenas no ano de 1994 com as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil (Brasil, 1994).

De acordo com as informações divulgadas pelo DEPEN (2020), desde o início dos anos 2000 o encarceramento no país cresce exponencialmente. No referido ano eram 232.755 pessoas presas; em 2020 chegamos a 759.518 compreendendo um aumento de 326% em duas décadas.

A rápida expansão do encarceramento obviamente não vem sendo acompanhada pela adequação da estrutura dos sistemas prisionais dos estados brasileiros, contribuindo para que além do desrespeito aos direitos humanos fundamentais, aconteçam inúmeras violações às condições mínimas de tratamento aos reclusos (ONU, 1957; Brasil, 1994) ratificadas pelo governo brasileiro. Uma das principais violações, que adquire contornos ainda mais graves em tempos de pandemia é a superlotação que impossibilita, quando não impede, além das condições mínimas necessárias para a manutenção da saúde da população prisional, o desenvolvimento de atividades de educação e trabalho, postuladas na legislação vigente como essenciais no processo de ressocialização. Em junho de 2020, os 759.518¹ presos no país aguardavam julgamento ou cumpriam a pena determinada em sentença aglomerados em espaços destinados para 446.738 pessoas (DEPEN, 2020).

A partir das informações divulgadas pelo DEPEN (2020), vemos que perto de 71% da população prisional brasileira foi sentenciada ou aguarda julgamento por crimes relacionados ao patrimônio (roubo e furto) ou à lei de drogas (Brasil, 2006), ou seja, crimes que não necessariamente envolvem violência ou grave ameaça e que, portanto, poderiam ser punidos com formas alternativas à prisão.

A precária situação das pessoas encarceradas é agravada pelo julgamento que a sociedade faz não somente sobre essa população, mas também aos seus familiares que durante o cumprimento da pena passam a enfrentar diversas dificuldades além daquelas derivadas do atual contexto socioeconômico. Assim, o aprisionamento em escala exponencial pode acarretar enormes prejuízos tanto individuais – para o preso e sua família – quanto sociais às vezes maiores que o dano causado pelo crime que culminou na situação de prisão.

Os elementos acima discutidos, apesar de graves ainda se configuram enquanto secundários no conhecimento geral uma vez que quando a questão prisional vem à tona, como após as chacinas e rebeliões ocorridas nos últimos anos, o enfoque recai prioritariamente em medidas de maior contenção dos presos, sendo relegado a segundo plano o entendimento e ações que envolvam o respeito e a garantia dos direitos básicos às famílias dessas pessoas.

¹ Até junho de 2020 51.897 dos 759.518 estavam cumprindo pena por monitoramento eletrônico devido à pandemia de Covid-19 (DEPEN, 2020). Contudo essa é uma situação provisória enquanto durar a pandemia e, portanto, estamos contabilizando essas pessoas no total da população prisional.

3. Objetivos e caminho metodológico do projeto de extensão

O objetivo geral da proposta foi desenvolver atividades de extensão visando a reflexão, o diálogo, a construção e o compartilhamento coletivos de experiências e conhecimentos sobre direitos humanos que pudessem contribuir para melhorar a sociabilidade das famílias de pessoas presas pertencentes ao território de atuação do CRAS Jardim Novo Ângulo em Hortolândia/SP.

De forma específica, pretendíamos promover diálogos e reflexões sobre as especificidades da condição das famílias participantes quanto à vulnerabilidade socioeconômica, de gênero, raça, etnia e grupo etário; despertar reflexões acerca do significado dos vínculos familiares e socioafetivos dentro e fora da prisão; estimular o conhecimento sobre possibilidades e alternativas de sociabilidade no território a partir dos valores vinculados ao respeito aos Direitos Humanos.

Para alcançarmos os objetivos propostos vislumbramos seis caminhos metodológicos:

- 1 - Conversas iniciais com as famílias, a partir de relatos e/ou conversas por meios virtuais com esposas, mães e filhos de pessoas sob tutela do Estado;
- 2 - Contato com as visões da comunidade e de profissionais que atendem essas famílias em suas diversas necessidades a partir de relatos e/ou conversas por meios virtuais;
- 3 - Estudo das informações obtidas nessas conversas/relatos buscando compreender os principais entraves para a inserção dessas famílias no convívio comunitário e no acesso aos direitos de forma ampla;
- 4 - Elaboração de um material de sensibilização da comunidade, contribuindo para a reflexão conjunta (grupo de extensão, famílias, profissionais e sociedade) acerca do tema, como por exemplo uma cartilha em meio digital e/ou impressa;
- 5 - Oficinas com os filhos dessas famílias para que eles pudessem expressar sua visão e sentimentos sobre a situação vivida;
- 6 - Encontros com as mulheres – mães e esposas para que elas pudessem expressar sua visão e sentimentos sobre a situação vivida;

Neste momento ainda não tínhamos a exata dimensão das consequências da COVID-19 de modo que a permanência da situação de pandemia dificultou a realização das atividades conforme o previsto, seja atrasando o cronograma ou inviabilizando algumas ações. Assim, em parceria com o CRAS Jardim Novo Ângulo, buscamos alternativas a partir das quais entendemos que apesar dos atrasos e limitações conseguimos desenvolver os objetivos gerais e específicos acima indicados lançando mão das estratégias metodológicas de 1 a 4 que serão apresentados no tópico seguinte. Quanto às estratégias 5 e 6, as oficinas e

encontros presenciais semanais com as famílias não puderam ocorrer frente à suspensão dos atendimentos em grupo pelo CRAS devido à necessidade de isolamento social.

4. A composição da equipe de alunos

Os projetos de extensão universitária cumprem um duplo objetivo: o atendimento às demandas da comunidade a partir do conhecimento gerado na Universidade e o processo formativo humano e profissional de nossos estudantes.

Neste sentido, foi feito um chamado aos alunos interessados na temática que puderam se inscrever para a participação no projeto através de uma carta de interesse. Em seguida foi realizada uma reunião com os alunos interessados para apresentação do projeto, seus objetivos e propostas de ações, além de podermos conversar melhor sobre a temática, uma vez que trabalhar com familiares de pessoas presas requer bastante tato e sensibilidade.

Inicialmente foram selecionadas cinco alunas e um aluno sendo, três alunas de Ciências Sociais, duas alunas de Serviço Social e um aluno de Filosofia. Devido às consequências socioeconômicas da pandemia, duas alunas deixaram o projeto após trancarem o curso. Na etapa da diagramação da cartilha, que será apresentada mais adiante, mais uma aluna de Ciências Sociais passou a integrar o projeto.

O grupo colaborou no planejamento e realização das atividades delineadas auxiliando a professora responsável, bem como a participação na organização dos materiais produzidos ao longo do projeto.

Para os alunos, era esperado que a participação no projeto contribuísse fundamentalmente para sua formação integral enquanto ser humano e profissional com autonomia e também para integrar teoria e prática a partir do momento em que as atividades propostas demandavam de modo concomitante os elementos de formação teórica e o exercício da profissão mediadas pela participação ativa dos bolsistas.

5. Resultados alcançados

O alcance dos objetivos foi pensado a partir do desenvolvimento dos seis caminhos metodológicos indicados no item anterior, adequados às possibilidades concretas derivadas da permanência da situação de pandemia em nossa região.

O contato com as visões da comunidade e de profissionais que atendem a essas famílias em suas diversas necessidades foi realizado via aplicativo de mensagem instantânea de celular e chamadas telefônicas com a coordenadora da instituição parceira no intuito de pensarmos coletivamente em formas de alcançar os objetivos do projeto por meio remoto.

Visando iniciar conversas com as famílias - esposas, mães, irmãs e filhos - de pessoas sob tutela do Estado, a ação desdobrada pela coordenadora do CRAS Jardim Novo Ângulo foi a criação de um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas de celular através do qual estamos permanentemente em contato com as famílias de pessoas presas atendidas pela instituição. Como ponto de partida gravamos um vídeo apresentando a proposta, a coordenadora do projeto e enviamos ao referido grupo.



Figura 1. Print dos dados do grupo. Por Camilla Marcondes Massaro

Apesar da formação do grupo de mensagens possibilitar nosso contato permanente, trocando informações sobre visitas, sobre os impactos da COVID-19 no sistema prisional e outras informações, as diversas tentativas de interação não foram correspondidas conforme vislumbrado por nós e pela coordenação do CRAS. A maioria dos retornos foram bastante superficiais e, em alguns momentos, o contato se deu por meio de mensagens privadas, incluindo pedidos de ajuda e de orientações específicas, fora do escopo do projeto. Tal retorno aquém do esperado é bastante compreensível pois, apesar de atendidas pelo CRAS Jardim Novo Ângulo, nem todas as famílias inseridas no grupo se conhecem, nem estão com os familiares reclusos nas mesmas unidades, o que dificulta o entrosamento considerando a dificuldade de lidar publicamente com a situação de um familiar em reclusão, justamente um dos motivos do desenvolvimento do presente Projeto de Extensão. A interação no grupo se intensificou no mês de novembro de 2020 devido à retomada das visitas presenciais no sistema prisional, tema a partir do qual as participantes se manifestaram mais em diálogo entre si e conosco.

Buscando melhorar qualitativamente o contato com as famílias que compõem o público-alvo do projeto, no final do mês de agosto de 2020 realizamos uma atividade presencial – atendendo a todos os protocolos de higienização e distanciamento social – no Centro de Convivência Social (CCS) Jardim Brasil localizado no território abrangido pelo CRAS Jardim Novo Ângulo, equipamento da assistência social do município de Hortolândia situado mais próximo aos locais de moradia dessas famílias em relação à sede do CRAS. Neste encontro

foi possível além da apresentação do projeto, conhecer pessoalmente as mulheres com quem já vínhamos nos comunicando via aplicativo de mensagens.



Figura 2. Atividade no CCS Jd. Brasil em 26/08/2020. Registo feito pela equipe do CRAS Jd. Novo Ângulo.

Ponderando a necessidade de ouvir essas famílias de forma mais aprofundada sobre as temáticas concernentes aos objetivos do projeto, isto é, sobre suas condições quanto à vulnerabilidade socioeconômica, de gênero, raça, etnia e grupo etário; sobre o significado dos vínculos familiares e socioafetivos dentro e fora da prisão; sobre a sociabilidade no território a fim de que fosse possível pensar em formas de estimular a reflexão, o diálogo, a construção e o compartilhamento coletivos de experiências e conhecimentos sobre direitos humanos que possam contribuir para melhorar a sociabilidade dessas famílias com a comunidade, nossos alunos – que não participaram presencialmente devido à situação de pandemia – elaboraram um roteiro temático que foi entregue às participantes desta atividade no CCS Jardim Brasil. Das 21 mulheres presentes no nosso encontro, seis responderam e devolveram o roteiro no dia. As demais levaram para preencher em casa, mas não o devolveram à equipe do CRAS.

A partir das respostas que obtivemos pudemos percorrer o item 3 do caminho metodológico trilhado: estudo das informações obtidas nessas conversas/relatos buscando compreender os principais entraves para a inserção dessas famílias no convívio comunitário e no acesso aos direitos de forma ampla.

As informações e os silêncios contidos nos roteiros preenchidos foram fundamentais para que nosso grupo pudesse elaborar o material que serviu de subsídio para a criação do

material de sensibilização da comunidade com vistas a contribuir para a reflexão conjunta (grupo de extensão, famílias, profissionais e sociedade) acerca do tema: a cartilha indicada no item 4 do caminho metodológico².



Figura 3. Capa da cartilha – produto do nosso projeto de extensão.

Além das informações provenientes dos roteiros respondidos, a cartilha foi construída a partir de uma elaboração teórica do nosso grupo de alunos voluntários de extensão (GAVE) mediante pesquisa bibliográfica, análise de legislação, de informações oficiais do Departamento Penitenciário (DEPEN) e da Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP) e da colaboração de dois alunos vinculados a outro projeto de extensão da Universidade na elaboração de dois mapas, além do constante diálogo com a coordenação do CRAS Jardim Novo Ângulo.

Finalizada com 24 páginas, a cartilha “Pessoas com familiares em presídios: como posso ajudar? A comunidade trilhando caminhos com empatia, acolhimento e respeito” contou com uma introdução, com informações sobre o que é a prisão, dados sobre o perfil das

² A cartilha na íntegra pode ser acessada em: <https://www.puc-campinas.edu.br/puc-campinas-elabora-cartilha-para-ajudar-pessoas-com-familiares-em-presidios/?fbclid=IwAR0qdWffqnJU8NI0NapuNFowYAOsztPidHG8Vc3uFlwWmD2-580PO0XLD-8>

peças presas no país, uma discussão sobre os vínculos familiares e o direito à visita, a seção “fato ou fake” desmistificando informações como por exemplo sobre o direito ao auxílio reclusão, algumas ideias de como a comunidade pode ajudar pessoas com familiares reclusos e egressos do sistema prisional e uma parte com a rede pública de apoio no município de Hortolândia/SP com endereços e telefones úteis, por fim as referências bibliográficas.

Os itens 5 e 6 do percurso metodológico, a saber: as oficinas com os filhos dessas famílias para que eles pudessem expressar sua visão e sentimentos sobre a situação vivida e os encontros com as mulheres – mães, esposas e irmãs para que elas pudessem expressar sua visão e sentimentos sobre a situação vivida, não puderam ser realizadas devido à interrupção das atividades em grupo nas unidades dos CRAS considerando a permanência da situação de pandemia de COVID-19.

No que concerne à possibilidade de realização das oficinas e encontros previstos por outros meios, apesar de sabermos que diversas atividades em grupo têm sido realizadas mundo afora de forma remota com o uso das tecnologias digitais, incluindo as atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação na nossa Universidade, nosso público-alvo é bastante vulnerável no quesito socioeconômico, majoritariamente desprovido de internet banda larga em domicílio, de plano de internet no celular e de aparelhos que comportem chamadas de vídeo de média e longa duração, como no caso das plataformas que poderiam ser utilizadas para os encontros remotos, como o *Google Meet* ou *Microsoft Teams*, o que inviabilizou as atividades remotas diretas com o grupo de familiares participantes do projeto.

5.1 Contribuições do projeto para o público-alvo, para a instituição parceira, para a Universidade e para os alunos envolvidos.

Devido ao caráter das atividades propostas, à especificidade do público-alvo, bem como os objetivos anteriormente apresentados, a contribuição do projeto se volta à possibilidade de um aprendizado reflexivo construído de forma coletiva a fim de que as famílias participantes estejam mais preparadas para enfrentarem os desafios de viver em uma comunidade que não necessariamente é a sua de origem, tendo melhores possibilidades de sociabilidade para uma vida com maior respeito e dignidade, seja no âmbito pessoal ou profissional.

Entendemos que, apesar da inviabilidade da realização das oficinas e encontros presenciais, o grupo de aplicativo de mensagens se caracteriza como um espaço em potencial que pode se tornar ponto de apoio das participantes acerca das dificuldades vividas enquanto familiares de pessoas presas. Da mesma forma, o encontro presencial contribuiu para que as mulheres presentes se sentissem amparadas por um grupo que experiencia a mesma situação na mesma comunidade, possibilitando o estreitamento de laços e a construção de vínculos comunitários.

A cartilha “Pessoas com familiares em presídios: como posso ajudar? A comunidade trilhando caminhos com empatia, acolhimento e respeito” é a principal contribuição para a nosso parceiro CRAS Jardim Novo Ângulo e para a comunidade. Conforme mencionado, a demanda partiu da coordenação da própria instituição considerando a dificuldade enfrentada pelas famílias que compõe nossos público-alvo. Os preconceitos da comunidade em relação a pessoas que possuem entes em instituições prisionais aparecem cotidianamente nos relatos durante os atendimentos feitos pelo CRAS de modo que a instituição compreende a necessidade de atuar de forma mais efetiva na comunidade desmistificando e esclarecendo algumas questões que levam a situações preconceituosas e muitas vezes desrespeitosas que se estendem também às crianças dessas famílias.

Assim, o material produzido foi pensado e diagramado objetivando contribuir para minimizar os preconceitos em relação aos familiares de pessoas em privação de liberdade, melhorando a sociabilidade de mulheres – mães, esposas, irmãs – e filhos em suas relações com a comunidade. Apesar de ter sido idealizada em parceria com o CRAS Jardim Novo Ângulo, a cartilha pode ser trabalhada com a comunidade de todo o município.

Fazer Extensão Universitária significa ter um olhar aberto à dinâmica das relações sociais e das demandas da comunidade, podendo contribuir – a partir da especificidade do conhecimento científico – para a reflexão conjunta acerca de temas socialmente relevantes, construindo novos laços e trilhando caminhos a partir dos quais a Universidade possa contribuir com a comunidade em que está inserida.

Partindo desta perspectiva, a realização do projeto de extensão abriu diversos caminhos de diálogo e construção de conhecimento a partir de convites para participação em eventos sobre Direitos Humanos mediados pelo CRAS Jardim Novo Ângulo.

Tivemos também a oportunidade de dialogar sobre a extensão universitária e de apresentar nosso projeto a alunos de três cursos da PUC-Campinas: Filosofia, Ciências Sociais e Serviço Social por convites de professores destes cursos. Todas as atividades foram muito ricas no diálogo com os alunos e professores que ministram as disciplinas tanto acerca da articulação entre ensino e extensão, quanto pela possibilidade de conversar sobre temática pertinente aos três cursos, mas que não constam de forma explícita em seus conteúdos programáticos.

A participação em três atividades acadêmicas que tiveram como objetivo socializar com o público interno e externo da Universidade as ações extensionistas realizadas ao longo do ano nos trouxe a oportunidade de compartilhar as atividades desenvolvidas no projeto, com especial atenção aos obstáculos transpostos devido à pandemia de COVID-19. Tais eventos também foram de grande valia para a ampliação das discussões acerca dos desafios e potencialidades da Extensão Universitária.

No que tange ao GAVE, apesar de não poderem comparecer à única atividade presencial realizada, os alunos participaram ativamente do desenvolvimento do projeto com bastante dedicação, seriedade, comprometimento e sensibilidade acerca da complexidade da temática.

Foram compreensivos em relação às necessidades de adequação do projeto – alterando o escopo, o público-alvo e o parceiro, conforme indicado na introdução do presente trabalho – mobilizando os conhecimentos de forma interdisciplinar na produção dos vídeos e áudios do Desafio proposto pela Universidade, na elaboração do texto analítico que resultou em entrevistas e publicação em revista externa – atividades que serão indicadas no próximo item –, no roteiro levado às famílias que compõem o nosso público-alvo e na cartilha.

Os alunos também participaram das atividades de socialização dos projetos de extensão acima referidas, inclusive dividindo o tempo de apresentação trazendo, na visão do GAVE, as contribuições do projeto para a formação dos alunos envolvidos ao longo do ano. Na ocasião também se empenharam em responder às questões elaboradas pelos debatedores dos trabalhos apresentados em nossa sala.

Neste sentido, consideramos que a participação no desenvolvimento das atividades e ações propostas no plano de trabalho do projeto ora apresentado cumpriram de forma bastante satisfatória os objetivos propostos contribuindo para a formação dos alunos envolvidos possibilitando o desenvolvimento da habilidade do trabalho em equipe multidisciplinar, do comprometimento e seriedade em relação às atribuições a eles feitas, o amadurecimento humano, pessoal e profissional, articulando teoria e prática a partir dos princípios dos Direitos Humanos no trato de uma temática tão complexa e sensível da nossa sociedade, desconhecida para a maioria do GAVE antes da participação no projeto.

5.2 Pessoas direta e indiretamente afetadas, impacto para o público-alvo e repercussões externas do projeto

Considerando o escopo do projeto, nosso público-alvo foi composto pelas famílias de pessoas privadas de liberdade atendidas pelo CRAS Jardim Novo Ângulo, principalmente mães, esposas, irmãos e filhos dos encarcerados. Dentro deste público, em 2020 alcançamos 12 mulheres familiares de pessoas em situação de privação de liberdade através do grupo no aplicativo de mensagens instantâneas de celular “Projeto Livres” e 21 pessoas no encontro presencial realizado no CCS Jardim Brasil.

Na realização das atividades ao longo do ano, tivemos o envolvimento direto de duas servidoras do CRAS Jardim Novo Ângulo, sete estudantes de graduação, sendo seis alunas e um aluno, de três cursos: Ciências Sociais, Serviço Social e Filosofia; e dois estudantes de

Geografia vinculados a outro projeto de extensão da PUC-Campinas que elaboraram os mapas para a cartilha.

Todavia, de acordo com os objetivos do projeto, as atividades de reflexão, o diálogo, a construção e o compartilhamento de experiências e conhecimentos balizados pelos direitos humanos resultantes das atividades realizadas, ainda que não desenvolvidas estritamente conforme o planejado, permitem que os frutos deste trabalho sejam difundidos para um público ampliado: profissionais que lidam com essas famílias, demais familiares, amigos e a comunidade com quem elas convivem.

Considerando as ações concretizadas, isto é, as informações trocadas no grupo de mensagens, no encontro presencial realizado e principalmente a cartilha, as pessoas indiretamente atingidas pelos resultados do nosso trabalho se amplia bastante, dada a replicação das informações pelas participantes a outras pessoas da família, da convivência comunitária ou de outras formas de contato (como grupos de esposas e mães de pessoas reclusas nas mesmas unidades prisionais).

No que tange aos indicadores que possibilitem avaliar os impactos positivos para o público-alvo, devido às especificidades das participantes e ponderando sobre as dificuldades do acompanhamento cotidiano e dada a inviabilidade dos encontros em grupos presenciais semanais, ponderamos que as ações desenvolvidas permitiram às participantes envolvidas saberem que há um grupo a partir do qual podem criar uma rede de apoio e confiança, com o qual podem contar em momentos de dificuldade. Esse avanço foi perceptível pelo aumento participações no grupo de mensagens instantâneas no aplicativo de celular nos últimos meses do projeto. Do mesmo modo, o conteúdo da cartilha também pode ser apropriado pelas participantes enquanto ferramenta de apoio para outras famílias na mesma situação e para abertura de diálogo com a comunidade a qual pertencem acerca da importância da participação comunitária no respeito e acolhimento às famílias de pessoas em situação de privação de liberdade.

Em relação às repercussões externas, ao longo dos meses de vigência do projeto, nosso grupo produziu diversos materiais: vídeos, áudios, textos, entrevistas, participação em “lives”, gravação de podcasts que permitiram a visibilidade da temática e do nosso trabalho.

Nosso grupo produziu uma série de vídeos e áudios a respeito dos temas que envolvem nosso projeto em colaboração à iniciativa da Universidade “Um desafio nos Une”: Inclusão social e sociabilidade; os cuidados com a população vulnerável; o serviço social e a COVID-19; o sistema carcerário e a COVID-19; reflexão sobre o sistema carcerário; a COVID-19 no sistema carcerário³. Ainda no portal da Universidade tivemos a publicação do release de um

³ Todos os vídeos e áudios podem ser acessados em: <https://www.puc-campinas.edu.br/um-desafio-nos-une/>.

texto analítico e informativo elaborado pela equipe do projeto sobre a pandemia de COVID-19 e o sistema prisional⁴.

Ainda no primeiro semestre de 2020 tivemos a repercussão do release acima referido através de duas entrevistas sobre a pandemia de COVID-19 e o sistema prisional: uma no programa Brasil Agora da Rádio Brasil AM1270 – Campinas e uma no programa CBN Total na Rádio CBN Campinas FM 99,1⁵. Também houve a gravação do podcast da Universidade “Olhar Contemporâneo”, acessível pela plataforma Spotify, sobre o sistema carcerário em tempos de pandemia⁶.

Além das entrevistas, uma versão atualizada do texto analítico produzido pelo grupo foi publicada na seção excepcional “Reflexões na Pandemia” da Revista Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social da UFRJ⁷; participamos de uma “live” sobre o sistema carcerário brasileiro a convite do coletivo Cipó do Saber, de Mogi-Guaçu/SP, no qual foi possível apresentar nosso projeto de extensão⁸; além da publicação do episódio “Encarceramento no Brasil” do podcast do Somos Sementes a convite do Coletivo Feminista Sementes de Campinas/SP, disponível na plataforma Spotify⁹.

No início do mês de novembro de 2020 a cartilha resultante do nosso projeto foi divulgada nas redes sociais alcançando um bom número de pessoas a partir de “curtidas” e compartilhamentos. Somente a partir do perfil pessoal da coordenadora do projeto foram 181 curtidas, 50 comentários e 43 compartilhamentos pelo Facebook, além de 58 curtidas e 11 comentários pelo Instagram, dentre as quais diversas pessoas que trabalham de forma direta ou indireta com a temática e cuja cartilha pode servir para ampliar o conhecimento e o debate sobre o sistema prisional e os familiares de pessoas privadas de liberdade. Após a divulgação da cartilha no portal da Universidade, fomos convidados a participar de uma reportagem de um canal de TV aberta veiculado em programa regional¹⁰ e para um programa de debates e entrevista sobre o tema em um canal de notícias veiculado na rede social Facebook¹¹.

⁴ O release pode ser acessado em: <https://www.puc-campinas.edu.br/populacao-carceraria-no-brasil-tem-direitos-restringidos-durante-pandemia-do-coronavirus-avalia-grupo-de-extensao/>.

⁵ As entrevistas podem ser acessadas respectivamente em: <https://brasilcampinas.com.br/populacao-carceraria-no-brasil-tem-direitos-restringidos-durante-pandemia-do-coronavirus-aponta-pesquisa-da-puc-campinas.html>.

e <https://portalcbncampinas.com.br/2020/06/situacao-do-sistema-prisional-frente-a-pandemia/>.

⁶ O episódio do podcast pode ser ouvido em:

https://open.spotify.com/episode/6DyzzHXRi8hhvbmRtuepTS?si=VI9UnmluTWK5WhmH_OvU2A.

⁷ O texto na íntegra pode ser acessado em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-49>.

⁸ A atividade pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=ZVq_IYKe8Bw&t=13s.

⁹ O episódio do podcast pode ser ouvido em:

<https://open.spotify.com/episode/2obO6J3rmmv92BOhzyIHpU>.

¹⁰ A reportagem na íntegra está disponível em:

<https://www.facebook.com/ThatthiRecordTV/videos/766670287219708>.

¹¹ O programa na íntegra está disponível em:

<https://www.facebook.com/mogisplay/videos/385627725843414>.

6. Considerações finais

Conforme apresentado na introdução deste relato de experiência, nosso ano de trabalho foi marcado pelo desafio de desenvolver um Projeto de Extensão na Universidade em meio a Pandemia de COVID-19 que se estende até o presente momento.

O plano de trabalho originalmente aprovado foi elaborado como resultado de um longo processo de amadurecimento intelectual e profissional dos anos de formação enquanto pesquisadora e da possibilidade de atuar na temática sobre o sistema prisional desde o ingresso no quadro docente da PUC-Campinas em abril de 2015 e, de forma mais sistematizada a partir de agosto de 2016, com a criação do grupo de estudos “Sistema Prisional, Direitos Humanos e Sociedade” através do qual além da formação teórica acerca da temática com os alunos dos cursos de Ciências Sociais e Serviço Social.

A situação de pandemia impôs a necessidade de mudança. Incertezas se colocaram, mas a atenção à dinâmica social permitiu que pudéssemos prosseguir, com novo parceiro, novo projeto e novo plano de trabalho voltado agora para os familiares de pessoas em situação de privação de liberdade. A abertura e o acolhimento da coordenação do CRAS Jardim Novo Ângulo foram essenciais neste percurso, trazendo as preocupações e demandas que nortearam o plano de trabalho que foi desenvolvido.

A permanência da necessidade do distanciamento social articulada com a situação de vulnerabilidade do nosso público-alvo inviabilizou algumas ações previstas para que o desenvolvimento do plano de trabalho aprovado ocorresse conforme planejado. Todavia, tais adversidades não impediram que nosso grupo se empenhasse de forma séria e comprometida nas ações possíveis, sendo a cartilha “Pessoas com familiares em presídios: como posso ajudar? A comunidade trilhando caminhos com empatia, acolhimento e respeito” a principal contribuição deste primeiro ciclo de forma bastante satisfatória.

Lidar com o sistema prisional e seus desdobramentos nas vidas dos familiares de pessoas privadas de liberdade é ao mesmo tempo desafiador e fundamental. Assim, apesar de todas as dificuldades impostas pelo modo como a pandemia vem sendo gerenciada no Brasil, a experiência enriqueceu a formação profissional e humana dos alunos participantes e trouxe mais visibilidade ao tema tanto nas discussões acadêmicas das quais participamos, quanto para a sociedade em geral com as inserções na mídia ao longo do desenvolvimento do projeto.

O principal indício não só da necessidade, mas da potencialidade deste trabalho é a aprovação do novo plano de trabalho que vem sendo desenvolvido por nós, com outras atividades e uma equipe maior durante o ano de 2021, através do “Projeto Vínculos”¹².

7. Referências

BRASIL. (2006). Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para a prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

BRASIL. (1994). Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.

BRASIL. (1984). Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*.

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (2020). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Junho de 2020. Painel informativo janeiro a junho/2020. Recuperado de: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>.

Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Massaro, C. M. (2020). Estado penal, necropolítica, sistema prisional e direitos humanos: Considerações em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), Recuperado de: <https://www.reflexpandemia.org/texto-49>, 1-11.

Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. (1. ed. revista). São Paulo: Boitempo. (mundo do trabalho).

Organização das Nações Unidas – ONU. (1957). *Regras Mínimas de Padrão para o Tratamento de Reclusos*.

Wacquant, L. (2007). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. (3. ed., revista e ampliada). Rio de Janeiro: Revan. (Pensamento Criminológico; v. 6).

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

¹² Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas em nossas páginas no Facebook, no Instagram e no nosso canal do Youtube, respectivamente em: <https://www.facebook.com/proj.vinculos>; <https://www.instagram.com/proj.vinculos/> e <https://www.youtube.com/channel/UChxQGAPuVnGqLV0Er2jJ0Iq>.